

ROBERTO MACEDO

No diálogo com as mais variadas audiências, tenho percebido que muita gente ainda não entendeu a enrascada em que o Brasil se meteu e cujos sintomas mais sé-



rios são a inflação elevada e a economia estagnada. O desconhecimento alcança os meios de comunicação e as mais altas hierarquias da classe política. Tudo isso é muito grave porque dificulta o encaminhamento de soluções adequadas, com o predomínio freqüente do voluntarismo, da busca de saídas só aparentemente fáceis e do recurso a mágicas e pajelanças.

No esforço de explicar didaticamente a encrenca, tenho recorrido tanto a modelos sofisticados como às comparações mais corriqueiras. Em particular, percebi que passa bem a idéia de considerar a situação do setor público brasileiro como uma concordata não resolvida. Isso ajuda a entender tanto o problema quanto o impasse na sua solução e, ainda, algumas de suas seqüelas, como a falta de crescimento e os juros altos.

Como em toda concordata, o problema vem de ineficiências da organização (no caso, a máquina governamental, inclusive o Legislativo, o Judiciário e as empresas estatais), somadas à má gestão dos seus dirigentes, juntamente com dificuldades que vieram de fora, como o aumento do preço do petróleo e o choque dos juros externos. Tudo isso gerou um desequilíbrio crônico entre receitas e despesas, daí resultando uma dívida impossível de ser honrada nas condições em que foi contratada.

Uma empresa privada ou qualquer pessoa que enfrente uma situação desse tipo não tem outra saída senão pôr a casa em ordem para recuperar a eficiência, o equilíbrio financeiro e permitir que a dívida se torne administrável. Em particular, deve-se resolver o problema da dívida acu-

mulada, seja renegociando-a com os credores, seja diminuindo-a com a venda de ativos (terrenos, edifícios, máquinas, participações em outras empresas, etc.). No caso do setor público, leia-se: um ajuste fiscal (de receitas, despesas e administrativo) que alcance a renegociação da dívida e a venda de ativos governamentais para reduzir o endividamento. A privatização é parte desse processo, pois significa a venda de patrimônio estatal para redução da dívida, além de conduzir à maior eficiência da economia, com reflexos positivos nas receitas governamentais.

Diante da concordata do Estado, entretanto, o que fez o Brasil? Além de procrastinar o ajuste das receitas e despesas, freqüentemente agravando o desequilíbrio, por algum tempo se recusou a renegociar a dívida, apelando para a moratória externa e o calote interno. Este assumiu várias formas, desde a emissão de papel não-indexado (o papel-moeda), passando pela correção monetária fajuta da dívida indexada, até chegar ao confisco de ativos financeiros. Ou seja, em vez de pôr a casa em ordem, renegociar a dívida e vender ativos, buscou a redução forçada do passivo, prejudicando e assustando os credores e poupadores em geral.

As conseqüências do não enfrentamento da concordata pelos caminhos convencionais estão aí. Ainda que hoje em menor grau, o governo continua usando a emissão inflacionária como parte do seu financiamento. O povo não confia na moeda, sabendo que o governo a emite em quantidade e sem critério. Por isso, livra-se dela o mais rápido possível, aumentando sua velocidade de circulação e ampliando o impacto inflacionário das emissões. Sob o efeito dos calotes e na ausência de uma moeda confiável, a população reduziu sua poupança financeira e a poupança externa recuou, diminuindo o espaço para colocação de papéis públicos e privados. Com menor oferta de recursos financeiros, os juros são altos, em particular porque o concordatário não se emenda, representando assim um alto

risco que se embute numa taxa de juros mais elevada. É bom que se diga que, sem solução da concordata, não vamos ter a recuperação da poupança financeira (o que aumentaria a oferta de recursos), redução da demanda governamental (daí sobrando mais recursos para o setor privado) e a recuperação da confiança no devedor (o que significaria menor risco de lhe emprestar dinheiro). Sem isso, juros baixos só como resultado efêmero e posteriormente explosivo de mais emissões monetárias.

Aliás, esse pessoal que quer juros baixos deveria perguntar de onde viria o dinheiro com preço barato. Como detentores de dinheiro, eles topariam aceitar juros baixos num mercado de oferta restrita e de demanda dominada por um concordatário de proporções paquidérmicas? Só se tivéssemos um mercado financeiro com uma oferta idiota, mas, depois de décadas de malandragens do devedor maior, ela já aprendeu: ou não poupa, ou quer juros altos ou prefere poupar em dólares, nas gavetas, nos cofres, em Miami e alhures. Acrescente-se que, nesse clima de incertezas que acompanha a concordata não resolvida, os investimentos se retraem e a economia não cresce.

Cabe perguntar agora onde reside o impasse que impede a solução racional. No âmbito da decisão, temos enfrentado problemas porque, como às vezes ocorre em empresas na mesma situação, o gerente ou o presidente acha que esse não é o caminho ou, quando o encontra, não consegue controlar a burocracia e o corporativismo, não se entende com os diretores (os ministros) ou com os sócios e os interesses que representam (ou seja, os congressistas, com seus interesses pessoais, locais, regionais, setoriais, corporativistas, etc.).

Este é o grande "problema social" do Brasil: chegar a um acordo entre os sócios e o presidente para dominar os interesses em contrário e alcançar a solução da concordata. E não é só comparação: só com esse "enfoque social" é que o povão, que trabalha na organização, será beneficia-

do, com o crescimento do emprego e da renda. Espero que essa seja a "opção pelo social" do presidente Itamar. A do presidente Sarney foi a mais anti-social possível, porque agravou a concordata e a solução foi adiada, o povo sofreu e, paradoxalmente, o homem está aí numa boa. Collor bem que tentou, conseguindo reduzir o déficit e a dívida, mas começou com alguns diretores fracos, também apelou para a liquidação forçada de passivos, não se entendeu bem com os sócios nem conseguiu controlar a burocracia e o corporativismo. Acabou demitido por essas e outras razões.

Pelo que vi lá em Brasília, o Judiciário, por onde a solução deve transitar, também não é inocente nessa história. É gastador, ignora que muitas de suas decisões agravam a concordata, é uma casa onde a hierarquia está frouxa, dá muito espaço para a chiadeira do corporativismo e de quem não quer pagar impostos, atrasa decisões e, de um modo geral, parece alheio à gravidade do problema.

Não há, portanto, como fugir da concordata. Se o leitor quiser atuar como seu próprio consultor econômico na construção de cenários de inflação e de crescimento, recomendo que estude ou recupere de sua memória esse "modelo da concordata". Em seguida, procure enquadrar cada decisão do governo em termos do que representa como saída ou como agravamento dela, ao lado do jeito de quem está tocando a coisa, da reação da burocracia e do corporativismo, dos sócios no Legislativo e da idiosincrasia do Judiciário. Não é fácil juntar as peças, pois nessa escala o modelo é complexo. Mas vale a pena, porque ele tem revelado uma excelente capacidade de explicar o passado e de prever o futuro, no sentido de identificar o agravamento ou a melhoria da concordata. Ele não consegue prever, contudo, quando ela será definitivamente resolvida. Quem sobreviver, verá.

■ Roberto Macedo, doutor em Economia pela Universidade de Harvard (EUA), professor da FEA-USP, pesquisador da Fipe e do Instituto Fernand Braudel, foi secretário especial de Política Econômica no governo Collor.